

**ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE
CONDUTAS**

Inquérito Civil n. 06.2017.00000181-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça signatário, na qualidade de **COMPROMITENTE**, e a **Sociedade 4F EVENTOS LTDA ME**, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 17.738.308/0001-31, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o NIRE 42204991697, sediada na Linha Cruzinhas, s/n, interior do município de Descanso/SC, representada neste ato pelo sócio-proprietário **CASSIANO BASSO**, brasileiro, casado, nascido em 30.6.1982, natural de São Miguel do Oeste/SC, comerciante, inscrito no CPF sob o n. 038.641.459-96 e portador do RG n. 3.298.916 SSP/SC;

CONSIDERANDO que tramita, nesta Promotoria de Justiça, o Procedimento Administrativo de Fiscalização de TAC n. 09.2017.0000458-4, referente ao Termo de Ajustamento de Conduta nestes autos;

CONSIDERANDO o teor do art. 32 do Ato n. 395/2018/PGJ, o qual dispõe que *"havendo necessidade de aditamento do compromisso de ajustamento de conduta, será ele processado nos autos em que foi formalizado, juntando-se cópia de tal providência ao respectivo Processo Administrativo para prosseguimento do acompanhamento e fiscalização"*;

CONSIDERANDO o art. 52, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ, o qual dispõe que *"Os autos do Inquérito Civil ou do Procedimento Preparatório poderão ser desarquivados diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, desde que conexo ao objeto do procedimento."*;

CONSIDERANDO que os sócios-proprietários da *"Four Club"* realizaram requerimento a fim regulamentar a entrada de adolescentes maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos, de forma diversa ao anteriormente fixado, porquanto as exigências estão causando grande impacto financeiro na atividade desenvolvida pela empresa;

CONSIDERANDO que não há exigência legal expressa para que a autorização dos pais ou responsáveis contenha reconhecimento de firma em cartório extrajudicial;

CONSIDERANDO que as novas legislações buscam desburocratizar e simplificar a prática dos atos jurídicos;

CONSIDERANDO que, desde a assinatura do Termo de Ajustamento de Condutas, a empresa 4F Eventos Ltda. ME mostrou empenho no cumprimento das cláusulas do acordo;

CONSIDERANDO a necessidade de aditamento do ajustamento de conduta outrora firmado e a necessidade de nova homologação da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 52, parágrafo único, do Ato n. 395/2018/PGJ;

RESOLVEM:

ADITAR o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado à p. 63/67, alterando unicamente as condições do inciso I do primeiro

parágrafo do artigo 1º do referido termo, que passará a ter os seguintes teor:

Art. 1º Compromete-se a Compromissária a proibir a entrada de menores de 16 (dezesseis) anos em seu estabelecimento comercial, inserindo nas divulgações das festas essa condição e alertando os seus clientes que dessa proibição de maneira ostensiva, inclusive com placas no local, ressalvados as situações em que o estabelecimento cede o espaço para realização de eventos particulares (casamentos, aniversários, formaturas, etc) quando o ingresso será de responsabilidade da pessoa que contratou.

§ 1º O acesso de adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos se dará da seguinte forma:

I. Será autorizada a entrada e permanência, no estabelecimento, de adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos, desde que estes apresentem, quando do ingresso ao local, autorização expressa dos pais ou responsável legal, **acompanhada da cópia de documento oficial com foto do representante legal**, além das informações de endereço e número de telefone para eventual contato com o responsável legal;

§ 2º Ficam mantidas todas as demais disposições estipuladas nos artigos 1º e 2º do Termo de Ajustamento de Conduta de p. 63/67 e Termo de Ajustamento de Conduta de p. 22/28.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente **aditamento do TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA firmado à p. 63/67**, em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil¹ e art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

¹ Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:
[...] XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que este Procedimento Administrativo será arquivado e a promoção submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do art. 49 e 52, parágrafo único, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Descanso, 09 de abril de 2021.

FELIPE BRÜGGEMANN
Promotor de Justiça

CASSIANO BASSO
Sócio-administrador

Testemunha:

ANA CLÁUDIA WEBER
Assistente de Promotoria de Justiça